

8. A CENTRALIDADE DO DEBATE SOBRE O PATRIARCADO PARA LUTA FEMINISTA

Ana Lúcia de Lima Gomes¹
Analice Barreto
de Moura Costa Freitas²
y Breno Naran Oliveira Brito³

Fecha de recepción: 17/06/2021

Fecha de aceptación: 04/08/2021



| Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento do conceito de patriarcado para a problematização da realidade a luz das relações sociais de sexo e sua relevância para a luta feminista na atualidade. O patriarcado, anterior ao capitalismo, mas incorporado como uma de suas mais importantes ferramentas de exploração, juntamente com a Divisão Sexual do Trabalho, são propulsores primordiais da dominação masculina. Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico com autoras/es importantes de diversas análises feministas da opressão de sexo do campo crítico, formulando os contrapontos necessários para o desenvolvimento da temática, refletida a partir da

¹ Pesquisadora Bolsista no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e dos Grupos de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED) e Trabalho, Questão Urbano-Rural-Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS). Correio eletrônico: analima.96@live.com

² Pesquisadora Bolsista no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e dos Grupos de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED) e Trabalho, Questão Urbano-Rural-Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS). É militante do Coletivo Feminista Amélias: Mulheres do Projeto Popular. Correio eletrônico: barreto.analice@gmail.com

³ Pesquisador no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e dos Grupos de Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED) e Trabalho, Questão Urbano-Rural-Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS). É Guarda Legislativo Municipal da cidade de Natal/ RN. Correio eletrônico: narabrito_assistentessocial@yahoo.com.br

realidade brasileira.

Palavras chave: *Patriarcado; Luta Feminista; Capitalismo*

| Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo del concepto de patriarcado para la problematización ontológica de la realidad, a la luz de las relaciones sociales de sexo y su relevancia para la lucha feminista actual. El patriarcado -anterior al capitalismo pero incorporado como una de sus herramientas de explotación más importantes- junto con la División Sexual del Trabajo, son los principales impulsores de la dominación masculina. Se realizó una investigación bibliográfica de importantes autores con distintos análisis feministas de la opresión de sexo en el campo crítico, formulando los contrapuntos necesarios para comprender el tema, reflejado desde la realidad brasileña.

Palabras claves: *Patriarcado; Lucha Feminista; Capitalismo.*

| Abstract

The aim of our paper is to analyze the development of the concept of patriarchy for the ontological problematization of social reality, in light of the category of sex social relations and its relevance for the contemporary feminists battle. The patriarchy, prior to capitalism but incorporated as one of its most important tools of exploitation, along with the Sexual Division of Labour, are prime drivers of male domination. A bibliographical research was carried out with important authors of several feminist analyses of sex oppression in the critical field, formulating the necessary counterpoints to understand the subject reflected from the brazilian reality.

Keywords: *Patriarchy; Feminism Battle; Capitalism*

Cita: de Lima Gomes, A. L.; Barreto de Moura Costa Freitas, A. y B. N. Oliveira Brito, 2021. "A centralidade do debate sobre o patriarcado para luta feminista" (pp. 169-187). En: Alicia Genolet (Coord.), *Dossier: "Indagar con perspectiva de género: feminismos, disidencias y disputas contemporáneas"*, *Tiempo de Gestión N° 29 (Vol. II)*, FCG-UADER, Paraná.

Introdução

Produzir conhecimento é uma árdua tarefa, principalmente em tempos tão nebulosos de ataque a produção científica e às instituições de produção de conhecimento crítico e comprometido com transformação dos rumos da sociedade. Todos os dias são enxurradas de *fake news* e deturpadas afirmações sobre os saberes socialmente comprometidos com uma análise histórica da sociedade. Com os inúmeros cortes orçamentários à essa forma de produzir conhecimento, um dos elementos que nos dão suporte é a coragem e necessidade de articular e publicizar ideias sobre os rumos que esta sociedade vem tomando. No contexto brasileiro,

A partir do biênio 2014-2015, tivemos a confluência das crises hegemônica, econômica e social no Brasil: fragilidade política da presidenta eleita por estreita margem de voto e punitivismo da Lava Jato, queda das taxas de lucro e de crescimento econômico, aumento da superexploração e das expropriações dos meios de produção e subsistência da classe trabalhadora e aprofundamento da "questão social". Essa confluência de diferentes dimensões da crise capitalista configura, entre outros fatores, tempos de crise orgânica. Além disso, tivemos o recrudescimento de forças reacionárias, culminando no golpe de 2016 e na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (Castelo, 2020: 131-132).

As transformações constantes nos rumos e nas relações societárias produzem uma infinidade de possibilidades de problematização sobre diversas situações. No caso específico deste artigo, temos como propósito analisar o desenvolvimento do conceito de patriarcado para a problematização da realidade a luz das relações sociais de sexo e sua relevância para a luta feminista na atualidade. É evidente que a existência desses debates precede, literalmente, a resistência de inúmeros sujeitos históricos e é permeada por conflitos que extrapolam nosso tempo vigente. De forma que, desde à época da escravização do povo negro, a opressão racista já existia nas diversas organizações sociais, assim como desde antes à caça e o assassinato das mulheres bruxas as várias formas de violência contra as mulheres já estavam no cotidiano. Dessa forma, o debate que chega às nossas rodas de conversa em pleno século XXI é antigo e ao mesmo tempo atualíssimo para compreender a sociedade que vivemos. Assim, o objetivo desse texto é analisar diversas fontes de debate crítico sobre essa categoria e prestar uma contribuição para o estudo da diversidade humana, considerando o avanço da

problematização da luta das mulheres e dando ênfase ao conceito de patriarcado e sua análise atual.

Com o avanço das tecnologias de comunicação em massa propiciada pelas redes sociais, assim como a adequação de discussões contemporâneas pelas formas de comunicação mais tradicionais –como a TV e o rádio– fica evidente que vários debates que outrora jamais estariam sendo realizados publicamente, ganham franca propagação. Esse é o caso do debate e das polêmicas do campo da diversidade humana, como as discussões LGBTQIA+, das lutas antirracistas e das pautas do feminismo. Na última década brasileira,

[...] Os corpos ditos minoritários passaram a ter mais espaço na sociedade, especialmente nos meios de comunicação e na arte – penso, por exemplo, em Liniker, Linn da Quebrada e Pablo Vittar. Também houve episódios de intensa ocupação das ruas, como a Primavera Feminista e a Marcha das Mulheres Negras, ambas em 2015. Era também um período onde o governo –então petista– apresentava maior permeabilidade a tais pautas e o Estado era em parte ocupado pelas chamadas “femocratas”, ainda que com muitas limitações, como o orçamento reduzido da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ou as alianças pela governabilidade que esbarravam em avanços de pautas importantes, como os direitos sexuais e reprodutivos” (Mano, 2021: 100).

Evidentemente, essa realidade não se configura como uma cessão amistosa de espaço da mídia para problemáticas tão historicamente secundarizadas, mas sim uma árdua tarefa de inúmeras pessoas, movimentos e coletivos para que essas questões sejam discutidas no cotidiano da sociedade, sobretudo, brasileira. O feminismo tem raízes fincadas na luta histórica das mulheres contra os ditames das sociedades cuja lógica da dominação masculina predomina.

É fortemente a partir dos anos 1960 que essas relações são problematizadas e sistematizadas em produções teóricas com ímpeto substancial pelo nascente movimento feminista no continente europeu. Desde então, a produção teórica sobre a vida e resistência das mulheres tornou-se uma crescente imperativa para compreender os rumos da sociedade. É evidente que a construção da teoria emerge de fatos e relações reais. Contudo, por muitas vezes é necessário para que possamos avançar nos debates, que sejam forjados conceitos e categorias, na tentativa de sistematizar este real. Por causa disso, muitas são as palavras que surgiram por dentro da problematização feminista, algumas mais conhecidas, como: sexismo, machismo e feminicídio e outras nem tão difundidas, como é o caso da: misoginia, androcentrismo e consubstancialidade. O sexismo é um desdobramento da sociedade patriarcal que

consiste na menosprezar, atacar e/ou objetificar pessoas com fundamento em seu sexo.

Ademais, dentro da sociedade patriarcal, essa discriminação é direcionada às mulheres e é expressa de várias formas no cotidiano, desde ao sexismo vulgar disfarçado de "cantada" na rua até as violências sexistas contra as mulheres ou o fundamento sexista na diferença salarial entre homens e mulheres. Sua análise mais profunda revela ainda o heterossexismo que expande a desigualdade a todas as pessoas que fujam do padrão masculino e heterossexual de dominação. O machismo, assim como o sexismo, está melhor evidenciado nas expressões cotidianas e interpessoais da sociabilidade patriarcal e da mesma forma, está fundado na ideia de que as mulheres são inferiores e submissas aos homens. É um sistema ideológico de repressão e desqualificação das mulheres. Atitudes machistas perpassam o cotidiano das mulheres desde sua criação até seu desenvolvimento como seres humanos. O feminicídio é o crime de assassinato com fundamento ao ódio e discriminação às mulheres. Faz parte do ciclo de violência do qual as mulheres são as vítimas, e no Brasil, foi incluído no Código Penal somente em 2015, através da Lei 13.104 de 9 de março do respectivo ano.

A misoginia corresponde ao ódio e/ou aversão as mulheres. No caso de uma sociedade misógina, nos referimos a uma organização social fundamentada na depreciação às mulheres e as expressões relacionadas ao feminino. A manifestação desse ódio está evidente desde a violência simbólica ao feminicídio. O androcentrismo, por sua vez, é um termo cunhado pelo sociólogo Lester F. Ward, em 1903, e que se refere à visão de mundo centrada no homem/masculino. Podemos dizer que as cidades não são pensadas para as mulheres desde, por exemplo, a linguagem que desconsidera o feminino quando falamos da totalidade (por exemplo, falamos todos, independente do sexo de determinado coletivo de pessoas), ou mesmo, quando a única expressão feminina nas obras cinematográficas existe para satisfação do público masculino. Por fim, a consubstancialidade é uma categoria do feminismo materialista francófono, que tem relação a análise das três principais opressões sociais – sexo, classe e raça/etnia – de forma articulada e não hierarquizada:

[...] significando a unidade de substância entre três entidades distintas, ele convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento: (a) as relações sociais, embora distintas, possuem propriedades comuns - donde o empréstimo do conceito marxista de relação social com seu conteúdo dialético e materialista, para pensar o sexo e a raça; (2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser

entendidas separadamente, sob pena de reifica-las (Galerand e Kergoat, 2014: 148).

Contudo, a que escolhemos analisar aqui é o patriarcado, visto que é uma categoria relativamente difundida, mas com difusas interpretações. Essa escolha foi feita na intenção de analisar sobre a discussão e a atualidade dessa categoria para compreender a vida das mulheres na atual sociabilidade a qual estamos inseridas.

Distinções Epistemológicas da Categoria Patriarcado

O debate conceitual, filosófico e político em torno da definição de patriarcado é pautado por diferentes correntes do pensamento social, de forma que essa breve palavra carrega em si um terreno de embates sobre seu significado e sua importância para compreender o movimento histórico do real. O patriarcado evidencia a relação imbricada entre os sexos em sociedade, e mais profundamente, denota que esta é fincada em desigualdades. É comprovado pela análise do movimento histórico que mulheres e homens, em distintas sociedades, tiveram seus papéis sociais determinados, ao que deixa parecer, por uma explicação fundamentalmente biológica. Contudo, o estudo antropológico das inúmeras organizações sociais já existentes revela que nem sempre essas cisões entre os “papéis” exercidos pelos sujeitos de sexo diferente ocorreram da mesma forma e que a investigação sobre essa lógica de organização social é necessária para apreender a sociedade em que vivemos na atualidade. Destarte,

A literatura do feminismo materialista nos indica que a menor participação das mulheres na política institucional, em especial em posições de liderança, está diretamente vinculada à divisão sexual do trabalho, que divide e hierarquiza as tarefas entre homens e mulheres. Sobrecarregadas pelo trabalho reprodutivo, que inclui os trabalhos domésticos, de cuidado físico e psíquico da família e da comunidade em seu entorno, elas têm menos tempo para participar de organizações políticas e, quando o fazem, têm maior dificuldade em ocupar posições de destaque devido à forte hierarquia estabelecida nesses espaços (Mano, 2021: 98-99).

O crivo histórico da separação dos sujeitos sociais através de seu sexo foi assimilado como um fato natural e constitutivo de todas as sociedades conhecidas. Essa abordagem tem forte sustentação e justificativa no estudo dessas desigualdades através do conceito de *patriarcalismo* enquanto doutrina, apresentado consagradamente por Max Weber (1947). Por esse campo do pensamento, o

patriarcalismo é a organização social fundamentada no patriarca, ou seja, onde o sujeito homem é o comandante de determinado agrupamento doméstico, da sociedade e dos demais sujeitos. Partindo dessa ideia, a diversidade humana é balizada pelo poder dos patriarcas – homens, detentores do conhecimento e das escolhas gerais. Essa “ordem geral”, por conseguinte, se configura como a *dominação tradicional* mais pura, pois é suportada por fidelidade da sociedade àquele que ocupa o mais alto grau de controle social, o transformando quase que em uma divindade. O crivo dessa fidelidade social ao patriarca fortalece a noção de legitimação da dominação dos homens sobre as mulheres, pois todos os demais homens que não são os patriarcas gerais da sociedade, são patriarcas em suas casas, e suas esposas e filhos o devem submissão e fidelidade.

Outra perspectiva de problematização da desigualdade entre os sexos é formada historicamente pelos movimentos feministas. Diferente da visão postulada por Weber, essa concepção analisa a relação de desigualdade de forma sistêmica, histórica e substancial na sociedade. Essa noção defende a existência do patriarcado enquanto sistema socialmente construído, e segundo Delphy (2009: 173) a origem da palavra advém “[...] da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). [...] literalmente a autoridade do pai”. O patriarcado quando revela a dominação paterna, exprime não somente essa relação biológica e limitada ao grupo doméstico, mas socialmente fundamentada na maior “capacidade” dos homens sobre a administração da sociedade em geral. De forma que, mesmo existindo várias vertentes por dentro do movimento feminista, há um relativo consenso da compreensão do patriarcado enquanto construção social que emerge há por volta de 6.500 – 7.000 anos na história da sociedade (Saffioti, 2000: 72) e tem como função principal organizar a sociedade aos moldes masculinos.

Tendo a premissa do sistema patriarcal enquanto construção social, muitas feministas – assim como teóricos comprometidos com um estudo crítico da sociedade – de várias épocas, detiveram atenção a responder à problemática sobre o que havia antes da configuração do patriarcado. Por dentro do pensamento materialista dialético, esse questionamento foi força motriz para a problematização historicamente referenciada de Friederich Engels na *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (primeira publicação em 1884). Nessa obra, a partir da investigação da organização da sociedade nas gens, Engels postula que é justamente com o processo de cercamento de terras e desenvolvimento

da agricultura e pecuária, que é instaurada a organização da família monogâmica patriarcal e da monogamia; e isso para as mulheres representa sua primeira "derrota histórica". Para o autor, que tem como referência os estudos anteriores de Lewis H. Morgan (1987), até esse momento os agrupamentos sociais eram organizados de forma matrilinear, já que "em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe" (Engels, 2012: 59).

A obra de Engels se tornou um ponto de partida significativa para as/os estudiosas/os da temática por dentro da teoria crítica. Contudo, os avanços nas problematizações e discussões sobre o tema revelaram problemas nas hipóteses do autor, sendo a mais problemática quando ele versa sobre a existência da matrilinearidade como comprovação da efetivação de sociedades matriarcais. Tal afirmação posteriormente foi refutada por estudos antropológicos que demonstram que uma condição não é imperativa para a outra, e por mais que o lugar social das mulheres em determinadas sociedades tenha maior grau de privilégio, isso não fez com que em algum momento elas tenham sido os principais sujeitos políticos dominantes. Evidentemente, os erros de Engels partem de um lugar e de um limite analítico que superamos com as constantes aproximações e avanços das discussões sobre os rumos da sociedade, e não fazem com que sua obra deixe de ser importante ou seja completamente anulada para o debate.

Em diálogo com Engels, a antropóloga francesa Françoise d'Eaubonne (1977) converge com a concepção de que a base da emergência da dominação masculina está na descoberta da participação dos homens no momento da fecundação das mulheres, e do controle do solo e das técnicas agrícolas por eles. Assim, rompe-se a compreensão dessas mulheres enquanto seres místicos por terem a capacidade de gerar vidas, e com o acontecimento da descoberta da agricultura por elas.

Para Engels (2012), as sociedades anteriores ao advento da agricultura tinham uma divisão do trabalho de forma complementar, no qual "[...] cada um manda em seu domínio: o homem na floresta e a mulher na casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa" (Engels, 2012: 200). Já para d'Eaubonne (1977), a lógica da supressão das necessidades de fome e proteção das tribos nega a possibilidade da separação completa dos papéis pelos sexos. Para a autora, a não participação das mulheres em tarefas de caça "[...] só podia ser ditada pelos últimos tempos da gravidez e pelo parto" (d'Eaubonne, 1977: 31). Porquanto, o cuidado das crianças poderia ser facilmente destinado às pessoas

mais velhas e incapacitadas de guerrear e defender a tribo. Evidentemente que as mulheres eram as principais responsáveis pelos seres que traziam para o mundo, mas essa relação era melhor repartida com o coletivo para garantir sua manutenção. Ainda, para Arruza (2019), nessa organização social, o trabalho e o conhecimento das mulheres teriam maior relevância que dos homens, além do “mistério” que cercava sua capacidade reprodutiva, garantindo certo *status* social que só se modifica com a apropriação dos homens sob a gestão da produtividade e sexualidade das mulheres, assim como sob as terras e animais.

Já a historiadora feminista austríaca Gerda Lerner (1986) apresenta que o marco incontestável do início da divisão de tarefas entre os sexos deriva essencialmente dos corpos. Segundo Lerner (2019), é da necessidade de preservação da função reprodutiva das mulheres que emerge a divisão das tarefas com base nos sexos. Para a autora, nas sociedades do paleolítico, a preocupação com a manutenção do coletivo era o mais importante, e para isso, as mulheres – que eram as únicas responsáveis pela manutenção daqueles povos, através das gestações – eram privadas das atividades mais perigosas, como a caça de grandes animais. De forma que, segundo a autora, a diferença dos papéis nessas sociedades estava mais relacionada a uma necessidade coletiva de sobrevivência do que baseada em opressão, não configurando necessariamente uma forma de dominação masculina.

Em diálogo com as reflexões de Lévi-Strauss (1962), o marco da dominação dos homens sobre as mulheres na passagem do Paleolítico para o Período Neolítico é fundamentado na prática da “troca de mulheres” intertribal:

A relação global de troca que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher como se cada um devesse e cada um recebesse alguma coisa. Estabelece-se entre dois grupos de homens, e a mulher aí figura como um dos objetos da troca, e não como um dos membros do grupo entre os quais a troca se realiza. Isto é verdade, mesmo quando são levados em consideração os sentimentos da moça, como aliás habitualmente acontece. Aquiescendo à união proposta, a moça precipita ou permite a operação de troca, mas não pode modificar a natureza desta (Lerner, 2019: 77, apud Struss, 1969: 115).

Tal prática era “[...] não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos” (Lerner, 2019: 261), o que para as sociedades baseadas na agricultura,

representava também mais força de trabalho. Dessa forma, a autora explicita que ocorre a apropriação da vida das mulheres pelos homens, e a divisão entre as tarefas deixa de ter um fundamento de necessidade e passa a efetivar a dominação masculina.

Segundo Saffioti (2009) é nesse momento que se encerra uma relação de harmonia, de complementariedade e que se institui uma relação de dominação e medo das mulheres. Dentro dessa dinâmica, Saffioti aponta que as mulheres reproduzem práticas patriarcais, podendo ser agentes de manutenção de sua própria dominação, internalizando e legitimando o discurso de seu opressor. Em relação a isso, Lerner (2019) sinaliza que o sistema patriarcal só teve efetividade histórica com a cooperação das mulheres para legitimação da dominação paternalista. Essa "cooperação" pode ser exercida de forma consciente ou não. Em diversas configurações sociais as mulheres sujeitavam-se a submissão por proteção dos homens e para acessar seus privilégios, no caso das classes dominantes. Nessa última, a "tutela" tinha a garantia da superioridade à homens e mulheres pobres, contudo, representava submissão sexual ao seu "protetor". Da mesma forma, a dominação masculina tem um fundamento ideológico coercitivo que garante sua reprodução socialmente de forma indiscriminada. Não é por acaso que

Ao mesmo tempo, como reação às mudanças radicais que as estruturas familiares sofreram nas últimas décadas com o declínio da figura do patriarca, aliadas à situação de insegurança gerada pelas dificuldades econômicas e de inserção no mercado formal de trabalho em uma economia neoliberal, houve aumento do número de pessoas que buscam instituições tradicionais. Temos aí, na rejeição aos feminismos, parte do caldo que se formou para eleger não apenas Bolsonaro, como também deputadas federais, estaduais, vereadoras e senadoras filhas de famílias já consolidadas na política. [...] Por exemplo, Carla Zambelli (PSL/SP), eleita deputada federal impulsionada pelas manifestações em apoio à operação Lava Jato e pelo impeachment da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Roussef (Mano, 2021: 101).

Para d'Eaubonne (1977), assim como para Lerner (2019), o patriarcado tem como feito histórico o apagamento da participação das mulheres em diferentes sociedades. Lembro que isto é mais potente após o surgimento da agricultura. Segundo d'Eaubonne "Tudo o que diz respeito a proezas femininas de tipo "viril", individuais ou coletivas, é imediatamente oculto pela transmissão escrita, ou adulterado, ou ainda francamente disfarçado" (d'Eaubonne, 1977: 70). Assim também descreve Lowy (2009: 40), que a

produção do conhecimento é orientada pela “visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes”.

Dessa forma, uma chave de análise sobre o patriarcado é que as mulheres não conhecem seus feitos históricos, e dessa forma é criado um falso perfil homogêneo e indiscriminado de sujeitos na história – contudo, evidentemente centrados em uma perspectiva masculina. Lerner (2019) reivindica que é preciso que construamos uma análise do movimento histórico das sociedades centrada em evidenciar o papel das mulheres através do tempo. Para a autora, é preciso apropriar-se de uma “história das mulheres” para que possamos verdadeiramente compreender o caminho que nos trouxe ao presente dessa sociedade, de um patriarcado tão fortemente enraizado. A gênese do patriarcado, e como já supracitado, a negação das mulheres enquanto sujeitos participantes da história é um problema gigantesco para a investigação da sociedade. Conforme apresenta Lerner (2019) foi criado uma categoria universal de humanidade excluindo metade da população: esse é o feito do patriarcado. Enquanto uns ainda defendem a possível existência de sociedades matriarcais, até mesmo como uma forma de alimentar uma perspectiva de possibilidade de transformação do real, estudos antropológicos de perspectiva feminista apontam para a ocorrência de sociedades matrifocais e matrilineares que não sobreviveram à violência da dominação patriarcal.

Não obstante, o presente é marcado por novas nuances que condicionam para que nossa análise sobre o patriarcado careça de novos elementos, sendo o principal dele, a articulação do patriarcado com o capitalismo. Engels (2012) postula que a derrota do sexo feminino com o advento do patriarcado, origina a “primeira divisão da sociedade em classes”, a dos homens e a das mulheres. Todavia, para Lerner (2019), é justamente a subordinação das mulheres que fundamenta essencialmente a escravização – uma das formas de estratificação anterior às classes sociais do capitalismo e à propriedade privada. Já nas disputas intertribais, os povos derrotados tiveram historicamente seus homens guerreiros assassinados enquanto as mulheres eram subsumidas à escravidão, moldando a ideia de usar da vida, do corpo e do trabalho dos seus oponentes como uma forma de dominação física e simbólica. Ademais, junto à troca e compra de mulheres, esse processo que precede a escravização dos “povos derrotados”, denota que “[...] as diferenças de classe foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais” (Lerner, 2019: 262).

Não resta dúvidas que o capitalismo é, assim como o patriarcado e o racismo, um sistema de dominação socialmente construído. Contudo, o capitalismo tem sua emergência posterior ao patriarcado e como sistema de dominação geral das sociedades que governa, poderia ter rompido com o sistema mais velho, mas fez a escolha de juntar-se a ele em prol de uma dominação mais específica sob a sociedade. Dessa forma, partindo dessa necessidade analítica é que Saffioti (2013) afirma que a emergência do capitalismo ocorreu em condições desfavoráveis para as mulheres, já que estas estavam sob a desvantagem e domínio do patriarcado. Portanto, um dos debates centrais ao movimento feminista contemporâneo é a relação do patriarcado com o capitalismo e como isso se expressa para as mulheres atualmente.

O Patriarcado Enquanto Instrumento do Capital

Uma das principais autoras que analisou a relação de dominação e exploração, é a feminista brasileira Heleieth Saffioti (1976). Para esta socióloga marxista é preciso entender a relação do capitalismo e do patriarcado como um "nó", pois, com o avanço e dominação geral do capitalismo, ele é o elo de ligação junto ao patriarcado e ao racismo. Esse nó revela a organização das relações sociais fundado num sistema de dominação-exploração das mulheres. Falando sobre o caso brasileiro, para Saffioti (2013), a dominação masculina no Brasil é uma herança do colonialismo europeu. Assim como ela, a filósofa Cinzia Arruzza (2019) evidencia o processo de colonização –principalmente as sociedades vitimadas pela dominação da colonização europeia, como é o caso brasileiro – para o desenvolvimento do patriarcado em países que foram explorados em seu desenvolvimento. De acordo com a autora italiana, o colonialismo foi responsável por destruir as precedentes organizações sociais mais igualitária, como as relações tribais fundamentas na cooperação e na garantia da subsistência coletiva e impor uma moral patriarcal. Desta forma, o capitalismo age "[...] não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação" (Arruzza, 2015: 38).

Para Saffioti (2013), um aspecto crucial dessa relação consubstancial que articula sexo, raça e classe, é a expressão da violência nas relações da dominação patriarcal. Com isso, a autora anseia demarcar que, assim como outras relações de dominação existentes, o patriarcado se manifesta pela

constante subjugação e violação das mulheres. A expressão evidente está na condição das inúmeras formas de exploração das mulheres escravizadas e das mulheres trabalhadoras, principalmente na exploração sexual, para além da exploração do trabalho. Destarte, em concordância com Saffioti, Lerner (2019) aponta que "para as mulheres, a exploração sexual é a própria marca da exploração de classes" (Lerner, 2019: 264). Para Saffioti (2013: 251) "esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira". Ora, ao sustentar-se no patriarcado, o contrato matrimonial, assim como um contrato trabalhista, se apropria da mulher (ou da proletariada), contudo, neste primeiro, as atividades não são remuneradas. Uma pesquisa realizada entre os anos de 2009 e 2011 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico evidencia o tamanho da desigualdade de sexo no âmbito matrimonial (doméstico). Essa pesquisa aponta que em relação ao cuidado com os membros da família por dia, as mulheres gastam, em média, 40 minutos, enquanto os homens, 16 minutos. No que se refere às tarefas domésticas cotidianas por dia, as mulheres dedicam em média 168 minutos, já os homens 74 minutos.

Sabendo que o patriarcado é um sistema gestado há muito mais tempo que o capitalismo, e que a estrutura do racismo é extremamente arraigada no desenvolvimento brasileiro, é necessária uma análise que considere as opressões de forma coextensiva. Ou seja, que perceba que na articulação do nó, um fio puxa o outro, que uma opressão determina e se relaciona com a outra. Entretanto, deve-se situar a força de dominação do capitalismo, que é específica, mas também é combustível para os dois outros sistemas de dominação: o racismo e o patriarcado. Assim,

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987: 60).

Ainda sobre a relação capitalismo e patriarcado, a definição de mulheres enquanto classe, apresentada por Engels (2012) e fomentada por pensadoras importantes para uma perspectiva crítica do feminismo, é um ponto de embate na contemporaneidade. Para Arruzza (2015), essa definição afere

um lugar de antagonismo irreconciliável entre classes de homens e de mulheres. Essa perspectiva desconsidera que a luta de classes ocorre em um plano objetivo e subjetivo, de forma que, dizer que o antagonismo entre homens e mulheres enquanto classes de interesses antagonônicos é importante para demarcar a desigualdade, mas não prediz que para haver igualdade temos que acabar com a categoria homem, mas que é preciso destruir os antagonismos e superar a hierarquia dos sexos na construção de uma sociedade justa para as mulheres.

Outro conflito por dentro do debate sobre o patriarcado é o campo de batalha construído entre as categorias de gênero, sexo e patriarcado. Esse confronto surge com o interesse de definir de forma mais acertada a discussão que estamos travando e por muito tempo foi crivada com sexo como fator biológico e gênero como construção social, opostas em aplicabilidade analítica. Alguns avanços foram feitos nessa discussão, e é possível apontar que enquanto gênero expressa uma construção histórica e difusa, também maquia a categoria sexo e, por consequência, neutraliza a categoria mulher, deixando o debate mais palatável. Em contraponto, sexo representaria um fator demasiadamente biológico, excluindo as expressões da diversidade humana e limitaria a definição de mulher/homem à configuração dos corpos.

A maturação desse debate perpassa historicamente a produção científica de várias mulheres, sendo no Brasil, o amadurecimento da produção de Saffioti quem traz grandes contribuições para o debate. Para a autora, predizer que a categoria gênero é demasiadamente neutra é um erro, pois quando falamos nas estruturas sociais do gênero e suas expressões nas diferentes sociedades, não há neutralidade, há construção social de variados esquemas. Já o patriarcado, para a autora é um fato mais recente, que intrinsecamente determina a dominação dos homens sobre as mulheres, que têm fortalecimento na ascensão do capitalismo. Não obstante, a autora denota que para analisar as determinações sociais dessa sociedade para as mulheres, é importante que delimitemos o que queremos discutir. Dessa forma "tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, 'neutralizando' a exploração-dominação masculina" (Saffioti, 2004: 136). Para autora, assim como para nós, a definição de patriarcado e a definição de gênero são acertadas a partir do momento em que são contextualizadas nos meandros da organização geral da sociedade. Gênero, como categoria é demasiadamente neutro,

não exprime a dominação e por essa análise é que adotamos a categoria patriarcado como central em nosso debate.

O que se tem em definitivo é que o patriarcado desenhou a subalternização e secundarização do trabalho a partir de seus "papéis sociais", um processo tão profícuo para a concentração da riqueza socialmente produzida e base para o desenvolvimento do capital.

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o "modelo" patriarcal do "macho" também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado como feminino [...] (Cisne e Santos, 2018: 43).

É situado nesse contexto de desigualdade de gênero, que o trabalho tem, portanto, suas determinações manejadas por relações patriarcais de sexo:

Os papéis femininos e masculinos, portanto não são meras "questões de gênero", mas se inserem numa lógica estruturante das relações sociais de sexo, ou, se preferir, das relações patriarcais de sexo que são permeadas por explorações e se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico-raciais. É dessa imbricação dialética que a sociedade capitalista vai operar divisões no mundo do trabalho e nas próprias classes sociais, operando uma simbiose entre exploração e opressão (Cisne e Santos, 2018: 62).

É fundamental destacar que essa exploração sempre atingiu as mulheres de forma mais aguda, como coloca as autoras Helena Hirata e Danièle Kergoat (1994: 93) ao afirmarem que "a classe operária tem dois sexos". Tal leitura do real foi muito importante para dar visibilidade às condições vivenciadas pelas mulheres desde a Revolução Industrial, ou seja, na consolidação de uma sociedade patriarcal-racista-capitalista que se desenvolvia e se complexificava à medida que o tempo passava. Nos anos 1970, estudos marxistas começaram a apontar que apenas as análises sobre o antagonismo das classes sociais seriam insuficientes para despir as tantas desigualdades do proletariado e da burguesia, pois imbricados nestas relações, a diferença entre homens e mulheres ultrapassavam as barreiras econômicas e alicerçavam-se nas desigualdades sexuais, o que Colette Guillaumin (1978) nomeou de "sexagem". Tratava-se basicamente da apropriação do corpo, da energia e do tempo da vida das

mulheres, portanto, havia as relações de sexo, infundidas na heterogeneidade do mundo fabril, e da sociedade no geral (Hirata e Kergoat, 1994).

Muitos postos de trabalhos antes ocupados por homens foram substituídos por mulheres, não por merecimento ou qualificação, mas pelo fato de as empresas adotarem um sistema de diminuição salarial e flexibilização do tempo de trabalho, sobre o formato de sub-contratações. O trabalho doméstico com o aumento do desemprego ratifica novas práticas patriarcais, no que se refere a secundarização e marginalização do trabalho feminino, logo, a precarização dos empregos estão intimamente interligadas à variável sexo (Abramo, 1998). "A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual do trabalho confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados" (Cisne, 2012:109).

Tais elucidações são de visceral importância para forjar conquistas objetivas e imediatas, visto que no Brasil, essas conquistas se dão a passos lentos e se configuram enquanto condições de sobrevivência. De acordo com o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), ocupamos o primeiro lugar nas Américas da taxa de homicídios de pessoas LGBTQs, além de liderar o assassinato de pessoas trans no mundo (somente em 2020, foram 175 pessoas transexuais assassinadas). Em 2021, o país foi cenário da morte violenta de Roberta da Silva⁴, mulher trans em situação de rua que teve 40% do corpo queimado por um adolescente. Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apontou que o Brasil ocupa o 5° lugar na posição de homicídios a mulheres. Já no quesito de trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em 2021 revelou que em 2019, as mulheres receberam em média 77,7% do montante auferido pelos homens. Tal diferença aumenta para 61,9% quando situada nas funções ou cargos de maiores ganhos, como os de diretoria ou gerência. Tal estatística se encontra intrinsecamente ligada a apropriação privada do trabalho doméstico, visto que também em 2019, o IBGE apurou a dedicação quase que dobrada das mulheres aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos.

Esse é evidentemente um debate importante para os avanços da teoria feminista, e por mais que tenha várias nuances, cabe coexistência. Nesse sentido, podemos falar de relações patriarcais de sexo

⁴ <https://g1.globo.com/pe/paranagu%C3%A1/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recipe.ghtml>

ou de gênero, pois, como demarca Saffioti (2004), nos interessa demarcar em que relações sociais codificam as interações entre mulheres e homens: o patriarcado.

Conclusões

Não podemos cometer o erro de analisar a sociedade de forma fragmentada, como se patriarcado, capitalismo e racismo não tivessem um ponto em comum. Um estudo crítico da sociedade que vivemos nos aponta essa relação em todas as trabalhadoras domésticas que não tem o mínimo "direito" de beber água nos mesmos copos dos patrões; ou de usar o mesmo elevador; ou mesmo nos recorrentes ataques sexuais, como por exemplo nos casos de estupro que assolam as mulheres a cada oito minutos no Brasil⁵.

Segundo Saffioti (2013) é necessário compreender a organização da sociedade capitalista para além de seu controle econômico, e perceber sua construção sociocultural e ideológica para a dominação. Enquanto para Lerner (2019), o aspecto central é a hegemonia do sistema de símbolos, já que os homens explicaram o mundo com seus "próprios termos" criando e legitimando essa dominação. Contudo, para nós, é imprescindível considerar todos esses elementos, visto que o patriarcado tem uma relação de interesses com o capitalismo – assim como com o racismo – e esta relação está expressa na diferença salarial entre homens e mulheres, assim como nas propagandas de cerveja centradas na hipersexualização do corpo feminino padrão. O patriarcado faz parte de uma ordem de dominação geral presente em todas as estruturas sociais, da família ao Estado.

O debate que nos propusemos a articular não é um debate de uma luta entre escolas acadêmicas, mas uma tentativa de elucubrar uma importante discussão sobre a realidade. O patriarcado, o sexismo, o machismo são elementos que, infelizmente, surgem da realidade e se materializam em violência, em opressão, exploração e morte de mulheres e meninas por todo o globo. Assim, fortalecer o debate fiel sobre as expressões das relações sociais humanas, nos faz aprimorar as análises, assim como permite amadurecer expressões de resistência a essas formas de dominação e exploração. A discussão emerge

⁵ Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2020, disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>

da realidade, assim como a realidade pode ser modificada a partir do amadurecimento de certas discussões. Assim, falemos de gênero, falemos de sexo, de patriarcado, de racismo e de capitalismo para que possamos analisar com maturidade nosso tempo histórico e articular a derrota de nossos inimigos comuns.

Dessa forma, quando pensamos a atual configuração da sociedade, não podemos recair no simplismo de segmentar o "lugar" de cada debate. Quando falamos sobre patriarcado, estamos evidenciando uma relação social ainda vigente, que determina o cotidiano de todas as pessoas. Debater sobre a relevância dessa categoria é reconhecer sua influência nos dias atuais, sobretudo em um país que assassinou Marielle Franco, e segue sendo palco de atentados transfóbicos a vereadoras trans do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁶. O patriarcado não surge neste tempo histórico, mas tem relações contemporâneas e está cada vez mais desenvolvido e arraigado no seio da sociedade capitalista. O desafio da sistematização só é comparável ao desafio do enfrentamento, já que, além de compreender o que ele significa, interessa para nós saber que ele é socialmente construído, histórico, mutável. Portanto, passível de destruição, a ruína do patriarcado é a marcha necessária para a construção da emancipação no lugar da dominação.

Bibliografia citada

- ❖ Abramo, L., 1998. "A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano", in: *Textos Para Debate Internacional - Cadernos Cut*, N° 11, São Paulo.
- ❖ Arruza, C., 2015. "Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo", in: *Revista Outubro*, n° 23, 1º semestre de 2015.
- ❖ Arruza, C., 2019. *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. Editora Usina, São Paulo.
- ❖ Castelo, R. 2020. "Crise orgânica, supremacia rentista e lutas de classes no ultraneoliberalismo brasileiro". *Margem Esquerda*, n° 35, Boitempo, São Paulo.
- ❖ Cisne, M. e S. M. Santos dos Morais, 2018. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. Cortez (Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 8), São Paulo.

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/04/psol-investiga-ataques-a-vereadoras-trans-temem-potencia-politica-de-nossos-corpos>

- ❖ Cisne, M., 2012. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. Outras Expressões, 1º ed., São Paulo
- ❖ d'Eaubonne, F., 1977. *As mulheres antes do patriarcado*. Editorial Veja, Lisboa.
- ❖ Engels, F., 2012. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo.
- ❖ Galerand, E. e D. Kergoat, 2014. "Consustancialidade versus interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais" (pp.44-61). *Nouvelles Pratiques Sociales*, vol. 26, nº 2.
- ❖ Hirata, H. e D. Kergoat, 1994. "A classe operária tem dois sexos" (pp. 93-100). In: *Revista Estudos Feministas*. vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro.
- ❖ Lerner, G., 2019. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sallera, Editora Cultrix, São Paulo.
- ❖ Lévi-Strauss, C., 1962. *As estruturas elementares do parentesco*. Editora Vozes/Edusp. Petrópolis, São Paulo.
- ❖ Lowy, I., 2009. "Ciências e gênero" (pp. 40-44), In: Hirata, H. et al., *Dicionário crítico do feminismo*. Editora UNESP, São Paulo.
- ❖ Mano, M. K., 2021. "As eleições de 2020 sob a perspectiva de gênero" (pp. 98-104), *Margem Esquerda*, N° 36, Boitempo, São Paulo.
- ❖ Saffioti, H., 1976. *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. Vozes Petrópolis, São Paulo.
- ❖ Saffioti, H., 1987. *O poder do macho*. Moderna, São Paulo.
- ❖ Saffioti, H., 2000. "Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?" (pp. 71-75), *Dossiê Crítica Marxista*, N° 11, Boitempo, São Paulo.
- ❖ Saffioti, H., 2004. *Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- ❖ Saffioti, H., 2009. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil.
- ❖ Saffioti, H., 2013. *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*. Editora Expressão Popular, São Paulo.
- ❖ Weber, M., 1947. *The Theory of Social and Economic Organizations*. Free Press, New York.

